



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

**TERMO ADITIVO Nº3 AO TERMO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA
E OPERACIONAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA E A
SAFERNET BRASIL**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, 750, do Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA, CEP 41.745-004, neste ato representado pela Procuradora-geral de Justiça, Excelentíssima Doutora **NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**, com a intervenção do **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CAOCA**, neste ato representado por sua Coordenadora, a Promotora de Justiça **MÁRCIA RABELO SANDES**, e a **SAFERNET BRASIL**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de atuação nacional, de duração ilimitada e ilimitado número de membros, sem vinculação político partidária, nem religiosa, nem racial, inscrita no CNPJ nº 07.837.984/0001-09, com sede na Rua Agnelo Britto, nº110, Ed. Vinte, sala 402, Garibaldi, Salvador/BA, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA**, CPF nº776.857.765-53, residente e domiciliado nesta capital, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado em 18 de maio de 2012, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de vigência** do Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado entre as partes celebrantes “com a finalidade de unir esforços para prevenir e combater os crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos Fundamentais, notadamente o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes instrumentalizados por meio da Internet no Brasil”.

The first part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The second part of the paper focuses on the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The third part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The fourth part of the paper focuses on the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The fifth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The sixth part of the paper focuses on the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The seventh part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The eighth part of the paper focuses on the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The ninth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.

The tenth part of the paper focuses on the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the company to have a clear and concise system in place to ensure that all data is properly recorded and stored. This will allow for easy access and retrieval of information when needed.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES


O prazo de vigência do Termo original, indicado na Cláusula Décima Primeira, fica prorrogado por 02 (dois) anos, a contar do dia 16 de maio de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Convênio, não especificamente alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, de abril de 2021.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora- Geral de Justiça


SAFERNET BRASIL
THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

TESTEMUNHAS

CPF:

CPF:

1

2

3

4

5

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021.

Processo: SEI Nº 19.09.00841.0003066/2021-64.

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA e RAFAEL FREIRE NOGUEIRA 05757490594 (TEC INFO)

CNPJ (RFB) nº 37.029.236/0001-60.

Objeto: Aquisição de 113 (Cento e treze) adaptadores Wireless USB, com a finalidade de adequar os equipamentos da Instituição que não possuem placa de rede Wireless interna na sua configuração.

Valor global: R\$ 17.492,40 (Dezessete mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: UO 40601 / UG 0003 - Fonte: 100, Projeto/Atividade 2002 – Região 9900 – Natureza da Despesa 33.90.30.

Fundamento legal: Art. 59, Inciso da Lei Estadual nº. 9.433/05. Aprovação do pelo Comitê de Repactuação MP/BA.

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E OPERACIONAL – SAFERNET.

Processo SEI: 19.09.02327.0003814/2021-64. Parecer Jurídico: 397/2019. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Safernet Brasil, CNPJ nº 07.837.984/0001-09. Objeto do Termo original: Unir esforços para prevenir e combater os crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos Fundamentais, notadamente, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes instrumentalizadas por meio da internet no Brasil. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar de 16/05/2021.

RESUMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO. Processo SEI: 19.09.02382.0003351/2021-87. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Faculdade Dois de Julho – mantida pela Fundação Dois de Julho, CNPJ nº 15.106.495/0001-05. Objeto do Termo de Cooperação: Possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela instituição de ensino, no processo seletivo para o “Programa de Estágio” do Ministério Público do Estado da Bahia. Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir de 12 de março de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2021 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.02004.0007174/2020-61. OBJETO: Prestação de serviços de monitoramento de notícias e clipagem jornalística de emissoras de rádio e televisão, matérias impressas e sites jornalísticos da Bahia e nacionais, para atender as necessidades da Assessoria de Imprensa do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme edital e seus anexos. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 20/04/2021 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/05/2021 às 09:30 horas (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Obs.: O Edital e seus Anexos, poderão ser adquiridos nos sites: <https://www.mpba.mp.br/licitacoes> e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: licitacao@mpba.mp.br.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com base no Parecer nº 174/2021, da Assessoria Técnico-Jurídica, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021, UASG 926302, PROCESSO nº 19.09.02336.0007399/2020-71, OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERPENTINAS PARA CHILLER MODELO RCU7007AZ26XP, SÉRIE 9912127757, CAPACIDADE 70TR, INCLUINDO A ENTREGA, GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES, conforme edital e seus anexos. LICITANTE VENCEDORA: PONTO AR CLIMATIZACAO LTDA, inscrita no CNPJ 04.802.991/0001-87. Salvador-Ba - Frederico Welington Silveira Soares - Superintendente.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

INQUÉRITO(S) CIVIL(S) / PROCEDIMENTO(S):

EDITAL Nº 497/2021 – ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Origem: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 1º Promotor de Justiça

ÁREA: DIREITOS HUMANOS

SUB-ÁREA: IDOSOS

COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADANIA DA CAPITAL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art.10, §§1º e 3º, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como no art. 26, §§1º e 5º, ambos da Resolução nº 006/2009 – Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, COMUNICA a quem possa interessar o arquivamento do procedimento administrativo IDEA nº 003.9.47067/2013, inclusive para eventual interposição de recurso no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser remetido para o correio eletrônico geidef@mpba.mp.br, identificando-se no assunto: “003.9.47067/2013 – RECURSO AO ARQUIVAMENTO”.

Salvador, 16 de abril de 2021.

Fernando Lins

Promotor de Justiça.



**TERMO ADITIVO Nº 2 AO TERMO
DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,
CIENTÍFICA E OPERACIONAL QUE
ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DA BAHIA E A SAFERNET BRASIL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 04.142.491/0001-66, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça, **DRA. EDIENE SANTOS LOUSADO** e a **SAFERNET BRASIL**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de atuação nacional, de duração ilimitada e ilimitado número de membros, sem vinculação político partidária, nem religiosa, nem racial, inscrita no CNPJ nº 07.837.984/0001-09, com sede na Rua Agnelo Britto, 110, Ed. Vinte, sala 402, Garibaldi, Salvador/BA, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA**, CPF nº 776.857.765-53, residente e domiciliado na Capital do Estado da Bahia, **RESOLVEM**, celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado em 18 de maio de 2012, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de vigência** do Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado entre as partes celebrantes “com a finalidade de unir esforços para prevenir e combater os crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos Fundamentais, notadamente, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes instrumentalizados por meio da Internet no Brasil”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O prazo de vigência do Termo original, indicado na Cláusula Décima Primeira, fica prorrogado por 02 (dois) anos, **a contar do dia 16 de maio de 2019**.





CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Convênio, não especificamente alteradas pelo presente instrumento

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador/BA, 30 de abril de 2019

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça

SAFERNET BRASIL
THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

TESTEMUNHAS:

CPF/MF:

CPF/MF:

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E OPERACIONAL - SAFERNET.

Processo: 003.0.13870/2019. Parecer Jurídico: 397/2019. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Safernet Brasil, CNPJ nº 07.837.984/0001-09. Objeto do Termo original: Unir esforços para prevenir e combater os crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos Fundamentais, notadamente, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes instrumentalizadas por meio da internet no Brasil. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar de 16/05/2019.

RESUMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 037/2011-SGA. Processo: 003.0.7409/2019. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Ronaldo Albuquerque Arlêo Barbosa. Objeto contratual: locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Ilhéus. Objeto do Aditivo: alterar o contrato original para que passe a figurar como Locador e empresa R.S.C.L. Empreendimentos Ltda- ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.674.862/0001-32, bem como alterar a redação do item 4.4 da cláusula quarta do contrato original. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0024 - Ação (P/A/OE) 7342 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2019 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.12938/2019. Objeto: Registro de Preços de Materiais para Manutenção Predial, conforme edital e seus anexos. Abertura das propostas no dia 28/05/2019 às 08:30 horas (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Obs.: O Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos nos sites: <http://www.mpba.mp.br> e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações com a Coordenação de Licitação através do e-mail licitacao@mpba.mp.br. Salvador-Ba, 15/05/2019. Gerson Yamashita - Pregoeiro(o) Oficial.



TERMO ADITIVO Nº 1 AO TERMO DE
MÚTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA,
CIENTÍFICA E OPERACIONAL QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA E A SAFERNET
BRASIL.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 04.142.491/0001-66, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça, **DRA. EDIENE SANTOS LOUSADO** e a **SAFERNET BRASIL**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de atuação nacional, de duração ilimitada e ilimitado número de membros, sem vinculação político partidária, nem religiosa, nem racial, inscrita no CNPJ nº 07.837.984/0001-09, com sede na Rua Agnelo Britto, 110, Ed. Vinte, sala 402, Garibaldi, Salvador/BA, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA**, CPF nº 776.857.765-53, residente e domiciliado na Capital do Estado da Bahia, **RESOLVEM**, celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado em 18 de maio de 2012, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de vigência** do Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional firmado entre as partes celebrantes *“com a finalidade de unir esforços para prevenir e combater os crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos Fundamentais, notadamente, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes instrumentalizadas por meio da Internet no Brasil”*.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O prazo de vigência do Termo original, indicado na Cláusula Décima Primeira, fica prorrogado por 02 (dois) anos, a **contar do dia 18 de maio de 2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Convênio, não especificamente alteradas pelo presente instrumento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



**Safer
net**

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias e igual teor e forma, na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador/BA, 17 de maio de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça

SAFERNET BRASIL
THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

TESTEMUNHAS:

CPF/MF: 002.794.355-09

CPF/MF:

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E OPERACIONAL - SAFERNET

Processo: 003.0.6183/2017.

Parecer Jurídico: 395/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Safernet Brasil, CNPJ nº 07.837.984/0001-09.

Objeto do Termo original: Unir esforços para prevenir e combater os crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos Fundamentais, notadamente, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes instrumentalizadas por meio da internet no Brasil.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar de 18/05/2017.

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO Nº 041/2017- SGA

Processo: 608.0.7970/2017 - Dispensa nº 001/2017-PJR de Jequié.

Parecer jurídico: 737/2013.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa JR Distribuidora de Bebidas Ltda, CNPJ nº 04.450.603/0001-46.

Objeto: Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações fabricados em embalagem de polipropileno, transparente, com tampa de pressão e lacre, com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente higienizados, para tender a Promotoria de Justiça Regional de Jequié/BA.

Regime de execução: Empreitada por preço unitário.

Valor unitário (garrafão): R\$ 7,54 (sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Valor global anual Máximo (250 garrações): R\$ 1.885,00 (mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0034 - Fonte 100 - Ação 03.122.503.2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 meses, a começar em 01 de junho de 2017 e a terminar em 31 de maio de 2018, ficando acordado, que considerar-se-á extinto o quantitativo máximo anula estimado no item 4.2 venha a ser alcançado antecipadamente.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATO Nº 042/2017- SGA

Processo: 003.0.251062/2016 - Pregão Eletrônico nº 001/2017.

Parecer jurídico: 361/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Task Sistemas de Computação S.A, CNPJ nº 28.708.477/0001-45.

Objeto: Prestação de serviços, sob demanda, de confecção de carteiras de identificação funcional para membros e servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

Regime de execução: Empreitada por preço unitário.

Valor global anual Máximo estimado R\$ 118.011,00 (cento e dezoito mil e onze reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Fonte 100 - Ação 2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário de Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 115/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar os servidores Márcio Henrique Alves Santos, matrícula 352.027, e Lucas Andrade de Souza Serra, matrícula 353.748, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 041/2017-SGA, relativo ao fornecimento de água mineral para atender à Promotoria de Justiça Regional de Jequié/BA.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 18 de maio de 2017.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 116/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE